

DE CÍCERO A FERNÃO LOPES, CONSIDERAÇÕES SOBRE A AMIZADE DO OCIDENTE MEDIEVAL

Marcella Lopes Guimarães

UFPR

RESUMO:

O texto busca analisar a ressignificação da amizade realizada em cortes do Ocidente Medieval, sobretudo no reino português, da Baixa Idade Média, a partir de uma leitura do complexo contexto em que se misturam os cheiros putrefatos da peste negra, as crises de fome, rebeliões e o início da aventura atlântica. O texto envereda por um caminho de recepção dos clássicos, da corte de São Luís à corte portuguesa do futuro Afonso III e se detém nas reelaborações do conde Pedro Afonso e do círculo letrado dos príncipes de Avis para afirmar o vínculo entre a amizade e a linhagem.

PALAVRAS-CHAVE:

Portugal medieval; amizade; linhagem; clássicos; corte de Avis.

ABSTRACT:

The text aims to analyze the new signification of the friendship realized in courts of the Medieval West, especially in the Portuguese kingdom, of the Late Middle Ages, based on a reading of the complex context in which mingle the putrefied smells of the Black Death, the starvation crisis, rebellions and the beginning of the Atlantic adventure. The text follows the direction of the reception of the classics, from the court of Saint Louis to the Portuguese court of the future Afonso III, focusing in the new elaborations of the Count Pedro Afonso and of the literate circle of the Princes of Avis to affirm the link between the friendship and the lineage.

KEYWORDS:

Medieval Portugal; friendship; lineage; classics; Court of Avis.

I. A realidade tardo-medieval e a crise em questão

Em *As raízes medievais da Europa* (2007), Jacques Le Goff reafirma a sua crença na crise que permeia os difíceis anos do entardecer medieval. A fome favorecida pelo clima adverso, fatura talvez cobrada pela colaboração da natureza aos sucessos da plenitude dos séculos XII e XIII; as guerras mais cruentas entre os reinos e com agentes que, se não aparecem agora, são, nesse “outono”, organizados especialmente a serviço de causas que não têm mais como se lhes rechaçar, falo dos mercenários, obviamente; as violências de toda ordem; movimentações urbanas; *jacqueries*; novas perseguições (aos judeus e às bruxas) e a peste negra parecem não deixar dúvida à forma como a palavra crise se ajustou à explicação dos medievalistas. Entretanto, assim como ela se coaduna a tempos difíceis, a sua repetição incessante não pode enlanguescer a nossa capacidade de continuar a inquirir a realidade tardo-medieval. Pois esses foram tempos de novas devoções, de progressos em campos como os da higiene, da ciência e da cultura. Mesmo as realistas páginas iniciais d’O *Decamerão* (1353) de Boccaccio, que nos descortinam o quadro de tantas dissoluções que a peste provocou, não esconderam os esforços da cidade de Florença¹. Não seria a primeira vez que as sociedades enfrentariam os mais agudos problemas com soluções imprevistas aos tempos de maiores regalias².

Entre a segunda metade do século XIV e primeira do XV, o Cisma do Ocidente dividiu a cristandade em obediências que chegaram a três pontífices, mas nem por isso os reis foram meros títeres do poder teocrático dos papas, mesmo as oscilações do português D. Fernando (1367-1383) foram recentemente revistas pela historiografia³. Aliás, se algo sobrevive substancialmente favorecido depois de tantas tribulações é o poder dos reis, ingrediente fundamental para essas unidades políticas de onde os estados nascerão mais tarde, os reinos. São tempos em que as fontes sabem nomear sentimentos que evidenciam outros vínculos, concorrentes à vassalidade, como os sentimentos de pertença a um determinado chão, oriundos de uma maior clareza das diferenças entre reinos vizinhos. É desta forma que o cronista português Fernão Lopes (1385-1460) anuncia na *Crônica de D. João I*, o “ser verdadeiramente português”. Ao lado de sentimentos que talvez não sejam novos, mas que começam a ser declarados nas fontes, a profecia política alimenta metáforas como a da *Sétima Idade*.

Assim, tão afeita a renascimentos ela própria, porque sempre desconfiou das novidades..., a Idade Média se preparou entre os séculos XIV e XV para o chamado Grande

1 “A cidade ficou purificada de muita sujeira, graças a funcionários que foram admitidos para esse trabalho”. (BOCCACCIO, 1970, p. 9).

2 Sobre a complexidade do período, crise ou condição de progresso, sugiro o meu texto “Cultura na Baixa Idade Média” (2010).

3 FERNANDES, 2007, p. 137 a 155. A pesquisadora tem se dedicado especialmente ao reinado de D. Fernando desde a sua tese de doutoramento defendida no Porto, sob a orientação de Humberto Baquero Moreno.

Renascimento, mas não sem levar com ela seu imaginário⁴ e sua mentalidade⁵, pois, hoje, felizmente sabemos que “a Europa da aventura atlântica e das grandes descobertas é uma Europa profundamente medieval”.⁶ (LE GOFF, 2007, p. 274).

Se a proximidade com a morte multiplicou as representações da Dança Macabra e elevou o túmulo à condição de monumento artístico do período, o movimento da dança foi, assim, libertado do cerceamento da igreja que sempre suspeitou da lascívia que poderiam revelar esses desordenados meneares corporais. As fontes não têm pejo de mostrar mais até um rei a dançar entre os seus, como o português Pedro I (1357-1367) que, em um capítulo de Fernão Lopes, “de dia e de noite, andava dançanmdo per mui gramde espaço” (CDP, XIV) e, em outro, mandou fazer “a mais homrrada trelladaçom, que ataa aquel tempo em Purtugal fora vista” (CDP, XLIV), neste caso a realizar aquilo que Saraiva já resumiu como a “mais escandalosa afirmação do direito do amor carnal a ter um lugar na escala cristã que abrange este mundo e o outro. É a sacralização do desejo”. (SARAIVA, 1998, p. 54).

A transladação do túmulo de Inês está em consonância com uma tendência a grandes cerimônias que a realidade tardo-medieval tinha aprendido do século XIII. Neste caso, as cortes de Luís IX (1226-1270) de França e de seu neto Filipe IV, o Belo (1285-1314), teriam muito a ensinar. Não se deve esquecer que um filho segundo da primeira dinastia portuguesa, catapultado à condição de rei de Portugal, Afonso III (1248-1279), fora um privado da corte do primo São Luís e lá feito duque de Bolonha. É comum afirmar o quanto o estreitamento das relações do português com o sogro Afonso X de Castela beneficiara, entre outros campos, culturalmente Portugal, mas talvez fosse o caso de mediar essas trocas⁷ com a ampliação de seu perímetro..., o que faria mais justiça ao esplendor da corte de Luís IX, profícua para a produção de espelhos de príncipe (até o rei francês será autor de um, os *Ensinamentos* ao filho e à filha) e para a produção da História. Nos dois casos, brilharia o nome do dominicano Vicente Beauvais (1190-1264).

O enciclopedista e leitor em Royaumont escreveu tratados encomendados pelo rei Luís; pelo seu genro, o rei de Navarra Teobaldo V, e pela jovem rainha Margarida da Provença, para a educação dos príncipes, e obras de História, como o *Speculum historiale*. No caso da escrita da História vale a pena evidenciar, porém, com Bernard Guenée, que a

4 “Imaginário é um sistema de imagens que exerce função catártica e construtora de identidade coletiva ao aflorar e historicizar sentimentos profundos do substrato psicológico de longuíssima duração [...] é a partir do imaginário que se pode pretender alcançar a mentalidade, mesmo sabendo que a filtragem cultural impede o contato direto”. (FRANCO JÚNIOR, 2003, p. 95-97).

5 “A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo”. (LE GOFF, 1995, p. 69).

6 Merecem destaque ainda dois interessantes textos que abordam essa dualidade: “Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)” de António Borges Coelho e “Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos” de António Augusto Marques de Almeida.

7 Faz mais sentido falar em trocas, que em influências unidirecionais, já que a Península foi também geradora de modelos, a partir dos polos de tradução dos clássicos em Al-Andaluz e depois na Escola de Tradutores de Toledo.

produção do século XIII ainda não era “profissional”, ela era levada a cabo por monges e frades (uma linhagem que vinha de Gregório de Tours, Beda, as equipes de Saint-Denis, o próprio Vicente Beauvais e Primat) dentro de uma perspectiva que aproximava História e Teologia. Só entre os séculos XIV e XV, a História vira profissão e adapta-se ao gosto cortesão, com Jean Froissart, Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes, Fernan Perez de Guzman, Juan Fernandez de Heredia e outros. O século XIII de São Luís e Vicente Beauvais é crucial pela forma como os gêneros começam a perder seus mais definidos contornos e como determinados clássicos, ainda que redescobertos no século XII (LE GOFF, 2002, p. 446), como Cícero (106-43 a.C), começam a ser apropriados pelas cortes do Ocidente Medieval⁸.

II. O *De Amicitia*

Mas de que forma a obra de Cícero, produzida no período republicano de Roma é lida por cortes que parecem tão afastadas das condições de produção e recepção da obra clássica em seu momento próprio? Maria Helena da Rocha Pereira já afirmou que a força do discurso do mestre perde-se quando afastado do seu ambiente, mais ainda quando é traduzido. (PEREIRA, 1985, p. 8). Ora, a mesma pesquisadora e tradutora reconhece, porém, “quando procuramos determinar quais são os pilares em que assenta a formação das consciências do mundo ocidental, há uma obra que nunca pode faltar, e essa é o conjunto dos tratados filosóficos de Cícero”. (Idem).

O tratado *De Amicitia* foi escrito em um período particularmente especial, o da ascensão fulgurante de César, ou seja, entre 45 e 44 a.C, pouco antes do seu assassinato em março de 44. Tendo aderido a Pompeu primeiro, Cícero logo se reconcilia a César e o assassinato deste por Marcus Brutus marca a própria derrocada do orador e advogado, que não conseguiu fugir à vingança de Marco Antônio. O tratado em questão é tecido com o diálogo, cujo modelo platônico é enaltecido pelo romano. Mas no texto, o orador não é personagem, os interlocutores pertencem ao círculo dos Cipiões. (Ibidem, p. 14). Quem orquestra o debate é o mais velho, Lélcio, considerado mais habilitado a proferir considerações obre o tema. Ele evoca a perda de um amigo singular, Cipião Emiliano⁹, e a memória desta amizade fornece substância ao texto.

Cícero constrói uma relação entre a amizade, a natureza e a virtude, ao afirmar que os que dão provas de sinceridade, honradez, justiça e generosidade, sem paixões vis, seguem a natureza, são bons, portanto, e a amizade não pode existir senão entre os bons. (CÍCERO, 1996, p. 28 e 30). Assim, a amizade provém de um impulso da alma, dotada de um particular sentido do amor, mas se ela se confirma recebendo benefícios, deve-se buscá-

8 Um dos caminhos dessa apropriação passa pela complexa rede protagonizada pelos muçulmanos em Al-Andaluz e pela sua *falsafa*, que depois se espalha, cristianiza-se e volta para a Península transformada para ser novamente adaptada.

9 O Africano menor.

la não por esperança de recompensas, mas sim porque seu proveito está no amor somente. (Ibidem, p. 48). Todo esse “desprendimento” deve ter confundido os espíritos feudais, cujas relações vassálicas evoluem no Ocidente Medieval para atrelar a homenagem à concessão do benefício... Se o senhor, neste caso, poderia convocar a contrapartida do serviço, um leitor de Cícero também poderia se recusar a fazer o que é vergonhoso, pois a primeira lei da amizade para o orador romano era não solicitar coisas vergonhosas ao amigo, nem fazê-las se nos pedem. (Ibidem, p. 60). Assim, o dever de conselho do mundo feudal poderia avançar no ditame ciceroniano de aconselhar com franqueza...

Mas se essas são relações extravagantes, elas têm por objetivo provocar um estranhamento capaz de nos convidar a uma apreensão mais profunda (GINZBURG, 2001, p. 29): a de como as relações do mundo feudal decidiram a forma como seus letrados leram o romano, “as semelhanças transculturais podem ajudar a compreender a especificidade dos fenômenos de que partiram”. (Ibidem, p. 87). A prosa cortesã do século que redescobriu os clássicos para o Ocidente Medieval, o XII, investe no valor da amizade quando contrapõe, em uma situação ficcional, cavaleiros irmanados, porém, em bens, pensamentos e vontades, como Ivain e Gawain, em um romance de Chrétien de Troyes¹⁰. Na melhor lição ciceroniana, a amizade é posta em primeiro lugar e os cavaleiros depreciam o *status* de vencedor em uma contenda para a qual foram atraídos, ignorando a identidade do oponente, por razões feudais.

III. Um romano na corte de S. Luís

O favorecimento às letras pelos príncipes de Avis em Portugal no século XV evidencia o quanto os reinos do Ocidente Medieval foram bem-sucedidos na mobilização de expedientes de reação às mais graves intempéries dos séculos do outono da Idade Média. As relações entre obras de Cícero e essa corte letrada são bastante conhecidas. O infante Pedro, duque de Coimbra (regência: 1439-1448), traduziu o *De Officiis* e deu a conhecer a seu irmão, o rei D. Duarte (1433-1438), o *De Amicitia*. Participe desse processo na condição de protagonista de um ofício novo, Fernão Lopes (1385-1460) se beneficiou da circularidade¹¹ que lhe apresentou Cícero, mas talvez devamos enriquecer esse processo. Sem ensombrar o papel do infante Pedro, a obra de Cícero já criara raízes no tempo em que o cronista escreve e teria chegado por vias indiretas, antes do próprio duque de Coimbra verter os textos do orador romano. Falo das lições dos espelhos de príncipe que adentram a Península Ibérica antes da vitória da Dinastia de Avis, um dos caminhos dessa *translatio*.

¹⁰ *Ivain, o cavaleiro do leão*.

¹¹ Reporto-me à síntese de Ginzburg em *O queijo e os vermes*: “[...] entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”. (GINZBURG, 1987, p. 12).

A corte de Luís IX não cria o gênero, mas o favorece em produção e continuidade, a ponto de, no reinado de seu neto, Filipe, o Belo, o clérigo Egídio Romano (1242-1316) produzir um manual que será levado a Castela para favorecer a educação do futuro Pedro I, o Cruel (1350-1369). (PALACIOS MARTÍN, 1995, p. 477). Ora, aproveitando-se das lições do *Policraticus* de João de Salisbury (1115-1180), Vicente Beauvais escreve o *Tratado sobre a educação moral do príncipe* em torno de 1246, em resposta à demanda feita por São Luís, e há nesta fonte algumas considerações que bebem dos clássicos e declaradamente do *De Amicitia*. Para Beauvais, a monarquia é um mal necessário, pois é preciso que os que agem incorretamente sejam corrigidos por castigos e os bons sejam bem recompensados (cap. II). O tratado preocupa-se obviamente com o elenco das virtudes necessárias ao monarca e à sua corte, neste caso o primeiro deve superar a todos em poder, sabedoria e bondade, virtudes que emanam da Santíssima Trindade (cap. X).

No capítulo XII – “Que há de ser sabio em la elección de los amigos, consejeros y oficiales”, Beauvais revela Cícero ao afirmar que é recomendável provar os amigos antes de aceitá-los que aceitá-los antes de prová-los (CÍCERO, 1996, p. 82); transcreve-o literalmente quando sublinha a importância de o monarca saber reconhecer velhos amigos, menos preocupados com razões materiais, e não estreitar novos de pronto, às vezes indignos dos nossos sentimentos. Ainda segundo o orador romano, nada dana tanto a amizade quanto a cobiça por dinheiro e a ambição por honras e glórias. (Ibidem, p. 52). Como outros clérigos medievais, Beauvais apropria-se e reelabora a tradição clássica em uma atitude cristã, responsável por confirmar, via texto bíblico, os ensinamentos de Cícero.

No mesmo capítulo XII, Beauvais interessa-se por orientar o príncipe na formação de seu conselho, entre homens maduros, não superficiais ou impetuosos; é a lição de Cícero que define a escolha entre os firmes, estáveis e constantes (Ibidem, p. 82), dando o protagonismo do discurso a Lélío. Os homens do conselho devem ser fiéis e bons, não precisam ser versados em ciências, pois toda a sua sabedoria deve advir do coração. Cícero não aborda em seu tratado esse aspecto mais “funcional” da amizade, ligado a serviços, mas as virtudes que o clérigo medieval julga necessárias ao conselho e aos oficiais do rei são as virtudes dos amigos elevados pelo romano. Alguns dos vícios mais execrados por Beauvais em seu tratado são a inveja (cap. XXI), a difamação (caps. XIX, XX, XXII), a adulação (caps. XXVI e XXVII) e a ambição (cap. XXIII). Ora, Cícero reconhece que a riqueza dos poderosos impede muitas vezes amizades fiéis (CÍCERO, 1996, p. 72), pois a natureza dos homens sucumbe facilmente ante a tentação do poder (Ibidem, p. 84). Assim, conclui que, por tais razões, é tão difícil encontrar amizades verdadeiras entre homens dados à honra e à política. (Idem). No reinado de Luís IX quem seria mais poderoso que este monarca a quem o próprio rei da Inglaterra, Henrique III, prestou vassalagem?...

Para a sociedade medieval, o elogio de Cícero à fidelidade não passaria despercebido, mas há pelo menos dois aspectos do clássico que entrariam em choque com esse mundo

que o lê. O orador romano afirma que a amizade tem vantagem sobre o parentesco, pois o afeto pode desaparecer dele, mas não da amizade; sem ele, ela não existe. (Ibidem, p. 30 e 32). Outro aspecto é a afirmação de que a amizade iguala superior e inferior. (Ibidem, p. 90). Embora na corte de Luís IX, ambiente em que produz Vicente Beauvais, o círculo de amigos do rei abrigue parentes como Teobaldo V, rei de Navarra e genro do monarca, e homens de origem menos prestigiada, como Joinville, nenhum deles se julga igual ao monarca. Na verdade, na corte francesa, a partir de Filipe, o Belo, evidenciar-se-á cada vez mais os limites entre amigos e conselho... Ainda assim, a valorização da amizade advinda da redescoberta de Cícero prosseguirá sua trajetória no Ocidente Medieval.

IV. A ressignificação da amizade na realidade tardo-medieval portuguesa

A flexibilização dos contornos que definiam *anais*, *crônicas* e *histórias* na Idade Média se transfere a outros gêneros nos séculos XIV e XV, como os *nobiliários* ou *livros de linhagens*. Estes passam a incorporar elementos das crônicas, que, por sua vez, haviam incorporado o elemento narrativo das histórias:

[...] cada vez mais laicizada e ligada à literatura de diversão para os cavaleiros, [as genealogias] passaram a conter narrativas de heróis assumindo, como coloca Duby, o caráter de uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude numa produção literária ideológica. (MOCELIM, 2007, p. 50).

Adriana Mocelim afirma que o sucesso da produção genealógica em Portugal, na contramão de seu declínio em outras partes do Ocidente Medieval responde à afirmação do poder régio frente à nobreza (Ibidem, p. 55) e à alteração do perfil da própria nobreza de então, mais idealizado e favorecido pela redescoberta dos clássicos. (Ibidem, p. 189). Neste caso, ao incorporar outros elementos, o gênero postula mais ingredientes, como a representação de uma ética que unia rei e nobreza:

O bom rei deveria desenvolver ações a fim de que houvesse “amor” e “amizade” entre seus súditos, zelando e promovendo o bem comum. A figura do rei como regulador e promotor do bem comum é necessária na medida em que a nobreza encontra-se fragmentada, desorientada e sem consciência de grupo e da importância que possui dentro do reino. Dois valores que permitiriam à nobreza ajudar-se mutuamente: “amor” e “amizade” estariam sendo deixados de lado. (Ibidem, p. 191).

No prólogo do seu *Nobiliário*, o conde Pedro Afonso (1285-1354), filho de D. Dinis (1279-1325), portanto neto de um Afonso III, afirmara que o objetivo de seu livro foi “gaanhar o seu amor [de Deus provavelmente] e [...] meter amor e amizade antre os nobres fidallgos da Espanha”. (CONDE D. PEDRO, 1964, p. 470). Retoma Aristóteles literalmente, ao reconhecer que, se esses dois sentimentos existissem entre os homens, não haveria necessidade de reis, ideia já registrada por Vicente Beauvais no *Tratado*

sobre a educação moral do príncipe. Para o conde, é preciso cuidar das palavras que são trocadas entre os amigos, para que sejam evitados os mal-entendidos, o que não significa que, ao contrário do que pensa Cícero em relação à franqueza, os amigos não tenham de dizer o que devem. Além disso, os amigos devem evitar que sua amizade seja obliterada pela maledicência e devem guardar segredos que lhes foram confiados. Tudo isso, em consonância com o clássico. O conde, porém, introduz uma “subversão”, ao afirmar que “nenhuuma amizade nom pode ser tam pura segundo natura, come d’aquelles que descemdem de huum sangue”. (Ibidem, p. 471). Nesse ponto, portanto, o letrado medieval introduz um novo significado, que prova como as apropriações revelam, além da autoridade¹², um campo em que disputam distância e filiação, “o contexto em que uma ideia se origina condiciona apenas em parte seu uso excessivo [...] toda herança cultural é continuamente apropriada e reelaborada”. (GINSBURG, 2001, p. 196-197).

Por que e de onde provém a “novidade” introduzida no discurso do conde Pedro Afonso? Segundo ele, “ouue de declarar este liuro per titollos e per allegações que cada huum fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse amtre aquelles que deuiam auer”. (CONDE D. PEDRO, 1964, p. 471). Assim, sua intenção aparece declarada no que se refere à relação entre membros da nobreza talvez pouco preocupados com os vínculos que, se aclarados, fortaleceriam a amizade pura advinda da natura. O que o conde faz é, portanto, associar amizade e linhagem: “E os homens que nom som de boo conhecer nom fazem comta do linhagem que ajam [...] dos quartos açima nom fazem comta. Estes taaes erram a Deus e a ssy”. (Idem). Pautando essa apropriação pela atitude cristã, tal como vimos em Beauvais, a ignorância ou o desprezo pelos laços linhagísticos são interpretados pelo conde como pecado. Pedro Afonso subverte, assim, a lição de Cícero a partir dos laços que vinculam, ou deveriam vincular de forma mais virtuosa, os indivíduos na sociedade cortesã, a linhagem.

Mas se a intenção, a princípio, aparece relacionada à nobreza, logo corresponsabiliza o rei, pois ele escreve para “os rreys auerem de conhecer aos uiuos com merçees por os mereçimentos e trabalhos e gramdes lazeiras que rreceberom os seus auoos em sse guaanhar esta terra da Espanha per elles”. (Ibidem, p. 472). Um rei não pode ignorar a linhagem daqueles cujos antepassados colaboraram na Reconquista e para o nascimento dos reinos cristãos ibéricos que governam. Na verdade, príncipes e nobres descendem de reis, seus vínculos não podem ser esquecidos, daí a importância de o letrado lembrar-se de esclarecer a linhagem para “meter amor e amizade” entre os nobres e reis da “Espanha” (Ibidem, p. 470), sobretudo em tempos de fortalecimento do poder do rei e de acirradas contendas com os nobres para evitar interferências nas jurisdições régias, duas características marcantes do reinado de D. Dinis.

¹² Critério fundamental para a escrita da história na Idade Média. Cf. GUENEÉ, 2006, p. 530.

O *Livro de linhagens* do conde Pedro Afonso certamente integrava o repertório de Fernão Lopes, favorecido também pela proximidade com o duque de Coimbra, tradutor de Cícero. As relações entre as obras dos príncipes de Avis e a do cronista investido na função por eles são sobejas e a amizade também aparece nas suas prosas de forma significativa. No *Leal conselheiro* do rei D. Duarte, dentre as quatro formas de amar: a benquerença, o desejo de fazer o bem, os amores e a amizade, é esta última a forma que engloba o que há de melhor nas outras. Segundo o monarca, a amizade era o sentimento que o ligava aos pais e aos irmãos; do que aprendeu nos livros, incluindo Cícero, não viu nada diferente do que viviam em família. (D. DUARTE, 1981, p. 328). Ora, na *Crônica de D. João I*, talvez menos atrelada à apropriação de Pero Lopez de Ayala¹³, há dois capítulos bastante especiais para o tema de que este texto se ocupa e que provam o diálogo entre os letrados da corte de Avis, são eles os capítulos 147 e 148 (da segunda parte da *CDJ*). Fernão Lopes emprega o “nome geral”¹⁴, amor, para abordar as relações que na prosa de D. Duarte são designadas pela amizade. Assim, entre uma trégua e outra, por não ter “cousa que de comtar seja” (*CDJ*, II, p. 319), o cronista se ocupa dos filhos de D. João I. Na vivência do amor compartilhado pelos príncipes, o cronista eleva a virtude que blindava essa relação, a obediência, que, para D. Duarte advinha do amor e do temor¹⁵. Na verdade, a obediência é a virtude modelar para filhos em geral e a conduta dos príncipes de Avis, modelar para todos os filhos de reis: “E porque elles esplandeseram por fremosura de obediencia tão per Deos emcomendada, [que podem] ser emsino aos filhos dos Reis, que depois delles ham de vir”. (*CDJ*, II, p. 322).

Fernão Lopes contrapõe exemplos de príncipes obedientes e desobedientes, entre estes, inclui portugueses, como Afonso IV (para com o pai, D. Dinis) e Pedro I (para com o mesmo Afonso IV), e elenca virtudes associadas aos infantes da Casa de Avis, como a castidade e a humildade. Lembrando Cícero, Fernão Lopes ainda afirma que os filhos de D. João I guardavam segredo de tudo aquilo que lhes fosse confiado e só falavam a verdade. Serviam ao pai e o visitavam sempre que sentiam ser preciso. Entre eles, guardavam ainda reverência uns aos outros, por ordem de nascimento (*CDJ*, II, p. 324) e não se perdiam em divertimentos vãos. Na verdade, se observarmos esse rol de louvores, dificilmente poderíamos circunscrevê-los a um espelho apenas para os filhos de reis. Toda a nobreza, partícipe de origens comuns, de uma linhagem que os misturava aos monarcas,

13 “A parte da *Crônica de Don Juan* integrada à obra portuguesa é, no entanto, ao contrário do que muitos autores têm pretendido, relativamente curta. Rodrigues Lapa já tinha observado que o cronista português ‘teve à mão documentos, por vezes de caráter oficial que o cronista castelhano não quis ou não pode aproveitar’”. (AMADO, 1997, p. 179).

Ainda que Teresa Amado assim conclua, apresento em “O subtexto do chanceler Pero Lopez de Ayala na *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes referente ao biênio de 1383-1384: autoridade e desafio” outra perspectiva de análise.

14 D. Duarte afirma que o amor é o nome geral das quatro formas de ele se ocupa.

15 Também citados na *CDJ*.

poderia se mirar no exemplo apresentado por Fernão Lopes. Que melhor lição para seus membros, divididos em tantos interesses concorrentes, que a obediência, a humildade e a reverência, revestidos pelo especial amor, que é a amizade, dos próprios filhos de um rei? Bernard Guenée já afirmou “uma obra histórica não é um texto de propaganda. Pode fornecer materiais para uma propaganda”. (GUENÉE, 2006, p. 535).

A amizade também é lembrada nas crônicas de Fernão Lopes, quando é necessário falar de paz e de alianças, neste caso, ela é muitas vezes sinônima de avenças. Quando o Duque de Lencastre e o rei D. João I acertam-se e firmam apoio mútuo com o casamento do rei com D. Filipa de Lencastre, o cronista afirma que os dois ordenaram ser leais amigos (*CDJ*, II, p. 217). Nas missivas trocadas entre D. João I e a rainha Catarina de Castela¹⁶ ou nas palavras transcritas dos embaixadores de cada reino, esse vínculo aparece associado novamente ao parentesco. Um embaixador de Castela afirma: “O que a mui alta e mui nobre Senhora Rainha de Castella mandou a mim Joham Rõiz, seu criado, que a Vos mui nobre Senho Rey de Purtuguall, seu muito amado e caro irmão [...] que natureza e amizade costringem fazerse tall ajuda” (*CDJ*, II, p. 424); enquanto D. João I responde: “Muy cara emui amada a que com todo nosso coraçom mui imteiramente bem queremos, irmaã amiga Rainha de Castella e de Leom” (*CDJ*, II, p. 429). Nesses casos, é evidente que se trata de fórmulas para garantir períodos de paz, mas a sua menção exatamente como modelo de tratamento prova o tipo de ressignificação operada pelo Ocidente Medieval à amizade tal qual Cícero a entendia.

De forma um pouco mais complexa que ditames estampados em fórmulas e talvez mais próxima dos laços examinados por Cícero, eleva-se o vínculo entre D. João I e Nun’Álvares Pereira. Fernão Lopes afirma que entre os dois nasceu uma “gram liamça damor e bem quererça” (*CDJ*, I, p. 169) porque “eram ambos de cavalleirosos corações e acompanhados de virtuosos costumes” (*CDJ*, I, p. 169). O laço que os irmanava nasceu, portanto, da condição que Cícero impusera, ou seja, da virtude, pois a amizade não podia existir senão entre os bons. (CÍCERO, 1996, p. 28). O cronista quase transcreve o clássico ao afiançar a conformidade de desejos e interesses entre eles (*CDJ*, I, p. 169), fazia com que o Mestre de Avis ouvisse e atendesse as sugestões do cavaleiro, ainda que não os eximisse de discordâncias ruidosas. Nessas ocasiões a balança da sabedoria pendeu muitas vezes para Nun’Álvares que aconselhava com franqueza (*Ibidem*, p. 62) e não se intimidava com o *status* do futuro D. João I. Na verdade, um dos personagens mais elogiados por Fernão Lopes é o condestável que, em tempos de crônicas régias, protagonizou uma¹⁷. Assim, suas virtudes e desprendimento são elogiados no texto, ainda que sua elevação custe uma mácula no próprio advogado da causa de Avis, o Doutor João das Regras.

16 D. João I e D. Catarina eram cunhados, pois D. Catarina era irmã de D. Filipa de Lencastre, rainha de Portugal.

17 *A crônica do Condestabre*.

V. Considerações finais

Ao reconhecer as provações vividas pelo Ocidente Medieval em seu entardecer, não devemos, porém, ensombrar o seu potencial para a criação de soluções que viriam a garantir a sobrevivência dos reinos cristãos desse perímetro. Assim também não podemos afirmar que há rupturas drásticas entre as conquistas da plenitude e o desgaste do outono medieval, uma dessas conquistas é certamente a recepção dos clássicos e a sua ressignificação, operada nas cortes letradas europeias. Uma dessas cortes foi a de São Luís de França, primo de Afonso III de Portugal, onde o dominicano Vicente Beauvais faria de Cícero uma fonte largamente citada em seu *Tratado sobre a educação moral do príncipe*. Na viagem de retorno que faria do duque de Bolonha rei, certamente esse monarca lusitano incluiu na bagagem experiências múltiplas das quais não podemos excluir os espelhos de príncipe e obras históricas, realizadas pelo círculo de Royaumont. Essa produção chega à Península ainda por diferentes meios, alguns diretos, outros sinuosos, como a voz de Cícero que se faz ouvir no *Bosco Deleitoso*, na verdade via Petrarca... (PEREIRA, 1985, p. 27).

No *De Officiis*, Cícero afirma que “é a *caritas* (‘o amor’) que deve governar o mundo e vencer o ódio” (Ibidem, p. 23); no *De Amicitia*, entende que a amizade nasce de um impulso da alma, dotado de particular senso do amor e da vivência virtuosa. No Ocidente Medieval, esses ditames foram apropriados e reelaborados. Assim, na pena de Vicente Beauvais, a compreensão da amizade serve ao monarca na escolha de seus conselheiros e, quando Cícero lembra da dificuldade de se conservar os amigos, diante de tantos interesses e opiniões políticas divergentes (CÍCERO, 1996, p. 50), o dominicano ensina para os infantes, a pedido do rei, que toda a sabedoria do seu conselho deve advir do coração e que ele deve ser britado com os laços mais seguros da fidelidade.

No reino português, duas fontes continuam a reelaboração do clássico, a ponto de subverter algumas de suas “teses”. No *Nobiliário* do conde Pedro Afonso, a amizade ganha um sinônimo extremamente relevante para a sociedade feudal, a linhagem. Ao propor a defesa do amor e da amizade entre os nobres fidalgos da Casa de Espanha, o conde lembra à nobreza e ao rei quais são os vínculos que devem ser respeitados na sociedade cortesã. Fernão Lopes apropria-se, por sua vez, desse sentido e tendo aprendido, lido ou ouvido dizer, direta ou indiretamente, em um dos melhores contextos para isso, reelabora-o também. Em suas crônicas, encontramos o amor entre os príncipes de Avis e o pai com o sentido da amizade que aparece no *Leal conselheiro* de D. Duarte. Também encontramos a amizade sinônima à avença que aparece em fórmulas para se tratar a paz. Talvez o sentido mais próximo ao contexto em que ela se originou tenha sido abordado quando o cronista traz as relações de D. João I e Nun’Álvares para a cena principal. Ainda assim, a leitura atenta do texto poderia abrir espaço para se redarguir, com o auxílio de outras fontes que não foram trazidas para este texto, que o condestável buscava proveitos inconciliáveis com o desinteresse propalado por Cícero...

Na verdade, ler é “fatalmente uma experiência dual, ambígua, dividida: entre compreender e amar, entre filologia e a alegoria, entre liberdade e imposição, entre atenção ao outro e a preocupação consigo mesmo”. (COMPAGNON, 2001, p. 164). Assim, as fontes lidas aqui evidenciam que o contexto de produção de um texto responde por apenas uma parte da sua apropriação, é o caso de quando os letrados medievais percebem a necessidade da virtude e da preservação, acima de qualquer chance de proveito, de um sentido especial do amor. Entretanto, esses mesmos homens de saber pautam sua leitura do clássico e, por isso mesmo, dele se afastam, por uma atitude cristianizada e pelos laços vassálicos e linhagísticos, transformados em sinônimos da amizade; ou seja, pela evidência de que o desrespeito a esses vínculos gera pecado, guerra e desserviço.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, António Augusto Marques de. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 107-116.

AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, contador de História: sobre a crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1997.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BEAUVAIS, Vicente. *Tratado sobre la educación moral del príncipe*. Disponível em: <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia7/Irina/texto.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

BOCCACCIO, Giovanni. *O Decamerão*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1970.

CÍCERO. *De Amicitia*. Texto latino com tradução literal y literária y notas histórias por Valentín García Yerba. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

COELHO, António Borges. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 87-105.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

CRONICA DO CONDESTABRE DE PORTUGAL DOM NUNO ALVAREZ PEREIRA. Com revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Coimbra: França Amado, 1911.

DUARTE. *Leal Conselheiro*. In: *Obras dos príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmão, 1981.

FERNANDES, Fátima R. A monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan. *Instituições, poderes e jurisdições*.

I Seminário Argentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007. p. 137-155.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário. In: _____. *Signum*: Revista da ABREM, n. 5, 2003. p. 73-116.

GINSBURG, Carlo. *Olhos de madeira*: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. v. I. Bauru: EDUSC, 2006. p. 523-536.

GUIMARÃES, Marcella L. Cultura na Baixa Idade Média. In: GIMENEZ, José Carlos (Org.). *História Medieval II: a Baixa Idade Média*. Maringá: EDUEM, 2010. p. 113-136.

_____. O subtexto do chanceler Pero Lopez de Ayala na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes referente ao biênio de 1383-1384: autoridade e desafio. In: *Scripta Mediaevalia*. Revista de Pensamiento Medieval. Centro de Estudios Filosóficos Medievales. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo. v. 2, n. 2, 2009. p. 107-126.

_____. *Sétima Idade* de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis?. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; LIMA, Luiz Geraldo. (Org.). *Facetas do Império na História*: conceitos e métodos. São Paulo; Aderaldo & Rothschild; Brasília: Capes, 2008. p. 199-211.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades – uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História*: novos objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 68-83.

_____. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *São Luís*: biografia. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, s/d. v. 1 e 2.

_____. *Crónica de D. Pedro*. Porto: Livraria Civilização, s/d.

MOCELIM, Adriana. “Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”: o Livro de linhagens do conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Curitiba, 2007. 242 p.

PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). In: _____. *Europa en los umbrales de la crisis*: 1250-1350. XXI Semana de Estudios Medievales. Pamplona, 1995. p. 80-89.

PEDRO, C.D. Prologo do *Nobiliário*. In: OLIVEIRA, Corrêa de; MACHADO, Saavedra. *Textos portugueses medievais* (3º ciclo dos liceus). 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1964.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Nas origens do humanismo ocidental: os tratados filosóficos ciceronianos. Conferência proferida na Faculdade de Letras do Porto em 1985. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6001.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

SARAIVA, António J. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

MINICURRÍCULO:

Marcella Lopes Guimarães é formada em Letras (*cum laude*) pela UFRJ, Mestra em Literatura Portuguesa pela UFRJ e Doutora em História pela UFPR. Atualmente, é Professora Adjunta de História Medieval na UFPR onde desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “Da crônica geral à crônica régia (séculos XIII a XV): porque a memoria de los omnes es muy flaca para se guardar de mal...” sobre a transformação da crônica medieval no outono da Idade Média peninsular. É membro do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos) da UFPR e líder da linha de pesquisa Cultura e Poder do PGHIS/UFPR. É autora de livros e artigos (publicados no Brasil, Argentina e Portugal) sobre Literatura Portuguesa e História Medieval. Também colabora com a tradução da *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes para o francês, projeto dirigido pelo catedrático de História Medieval da Universidade de Poitiers Stéphane Boissellier.